

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**FABIANA FRANCO VIANA**

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS DE  
CONTABILIDADE NA PREVENÇÃO E COMBATE ÀS PRÁTICAS DO  
CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO: UM ESTUDO DE CASO NO  
MUNICÍPIO DE ESPIGÃO D'OESTE/RO.**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
Artigo Científico**

**Cacoal/RO  
2014/1**

**FABIANA FRANCO VIANA**

**OS DESAFIOS ENFERENTADOS PELOS PROFISSIONAIS DE  
CONTABILIDADE NA PREVENÇÃO E COMBATE ÀS PRÁTICAS DO  
CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO: UM ESTUDO DE CASO NO  
MUNICÍPIO DE ESPIGÃO D'OESTE/RO.**

Artigo apresentado a Fundação Universidade Federal de Rondônia, câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis, sob orientação do Professor Me. Adriano Tumelero.

**Cacoal/RO  
2014/1**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O artigo TCC intitulado “Os desafios enfrentados pelos profissionais de contabilidade na prevenção e combate às práticas do crime de lavagem de dinheiro: Um estudo de caso no município de Espigão d’Oeste/RO.”, elaborado pela acadêmica Fabiana Franco Viana, avaliado, julgado e aprovado pela banca examinadora formada por:

---

Professor Me. Adriano Tumelero  
Presidente

---

Professor Me. Charles Carminati de Lima  
Membro

---

Professora Dra. Suzenir Aguiar da Silva Sato  
Membro

---

Média

**Cacoal**  
**2014**



# **OS DESAFIOS ENFERENTADOS PELOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE NA PREVENÇÃO E COMBATE ÀS PRÁTICAS DO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE EPIGÃO D'OESTE/RO.**

Fabiana Franco Viana<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo trata dos desafios enfrentados pelos profissionais de contabilidade no combate e prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro, identificando a percepção dos profissionais de contabilidade do município de Espigão do Oeste em relação a esses desafios no exercício da profissão contábil. Conta como surgiu a expressão "lavagem de dinheiro", apresenta as fases da lavagem e expõe a legislação vigente que incluiu os contadores no rol de pessoas obrigadas a informar as operações dos clientes junto ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), abordando a regulamentação através da resolução nº 1.445/13. Mostra como deve ser a posição dos profissionais em relação aos crimes de lavagem de dinheiro e o conflito entre a lei e o código de ética do contador. O artigo utiliza-se de metodologia básica, descritiva e qualitativa. Utilizando-se da pesquisa de campo no auxílio da coleta de dados, tendo em conta as visitas feitas aos escritórios de contabilidade para a aplicação de questionários qualificando seu perfil; identificando sua percepção quanto a lei; COAF; existência e relevância dos crimes na região; ações preventivas acerca da lavagem de dinheiro; conhecimento das penalidades e posicionamento a partir da lei. Conclui que os profissionais da cidade de Espigão do Oeste não conhecem as características do crime de lavagem de dinheiro e somente a assemelham à sonegação de impostos, bem como também não tomaram os conhecimentos necessários quanto às obrigações legais, ficando assim, expostos as penalidades previstas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lavagem de dinheiro. Profissional de contabilidade. Obrigações legais.

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo trata dos desafios enfrentados pelos profissionais de contabilidade do município de Espigão do Oeste no combate e prevenção às práticas dos crimes de lavagem de dinheiro, aborda os aspectos legais vigentes que devem ser utilizados pelos contabilistas, considerando que os crimes financeiros tem crescido de forma rápida, e que esse fato gera grande preocupação por parte de organismos nacionais e internacionais.

Os órgãos responsáveis pelo controle de atividades financeiras no Brasil elaboraram a lei nº 9.613/98 e posteriormente a lei nº 12.683/12 que altera significativamente a antiga lei de lavagem, excluindo os crimes antecedentes à lavagem de dinheiro e aumentando o rol de pessoas obrigadas a enviar comunicações de operações suspeitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

---

<sup>1</sup> Acadêmica concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles, com TCC elaborado sob a orientação do Professor Me. Adriano Tumelero. Email: fabi.viana85@gmail.com

Dentre os profissionais obrigados a comunicar as operações suspeitas de seus clientes estão os contabilistas, em forma de pessoa física ou jurídica, que prestam mesmo que eventualmente, serviços de auditoria, consultoria, assessoria, entre outros. Esses profissionais estão sujeitos a penalidades em caso de não cumprimento dos dispositivos legais. Isso faz com que o problema da pesquisa seja responder quais são os desafios enfrentados por esses profissionais no combate e prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro.

A nova redação da lei de lavagem, fez com que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) promovesse várias discussões sobre o assunto, após, os membros da Comissão de Defesa dos Direitos e Prerrogativas do Profissional Contábil, composta por representantes do CFC, dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), da Fenacon<sup>2</sup> e do Ibracon<sup>3</sup>, aprovaram em 26 de julho a Resolução nº 1.445/13. Esta Resolução tem por finalidade disciplinar a forma com que as operações deverão ser informadas ao COAF pelos contabilistas.

A Resolução 1.445/13 do CFC, em vigor desde 1º de janeiro de 2014, casou grande desconforto em vários profissionais da área contábil, na visão de alguns deles a lei não deveria ser respeitada, tendo em conta que modifica a relação cliente - contador, além de que é cobrado do profissional que exerça um poder de polícia que deveria ser de total responsabilidade do estado.

O artigo utiliza-se de pesquisa bibliográfica, descritiva, exploratória, qualitativa e de campo, através de entrevistas com os contabilistas do município de Espigão d'Oeste devidamente registrados no CRC-RO, definindo o perfil dos profissionais; avaliando o grau de conhecimento e aplicação de procedimentos em relação à lei nº 12.683/12 do COAF acerca da prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro; estabelecendo a existência e relevância dos crimes da região estudada de acordo com a percepção de cada profissional, assim como, o posicionamento destes em relação a essa obrigatoriedade.

Mostra a dificuldade que os profissionais apresentam em obedecer as obrigações legais e a visão equivocada que apresentam do crime de lavagem de dinheiro, assim como a resistência em implantar formas de se adequar a nova realidade e contribuir para a prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro. Podendo tornar-se alvo das penalidades previstas na legislação.

---

<sup>2</sup> Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.

<sup>3</sup> Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Dessa forma, o objetivo geral identificou a percepção dos profissionais de contabilidade do município de Espigão d'Oeste em relação aos desafios da lavagem de dinheiro no exercício da profissão contábil.

A lavagem de dinheiro é um delito que causa grandes perdas no âmbito econômico de um país. Isso torna o presente artigo essencial no âmbito acadêmico, para que futuros profissionais já possam ir se adequando a essa nova realidade, assim como , perceber a importância de se fazer o máximo esforço possível para o combate dos crimes financeiros, trazendo benefícios para a sociedade em geral, pois quanto mais práticas forem adotadas para a prevenção desses crimes, melhor para a economia mundial e também para o país.

## **2 REFERÊNCIAL TEÓRICO**

### **2.1 ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DA EXPRESSÃO LAVAGEM DE DINHEIRO**

O termo Lavagem de Dinheiro ou Branqueamento de Capitais teve origem nos Estados Unidos, onde a expressão utilizada é *Money Laundering*, que surgiu após a prisão do mundialmente famoso mafioso Al Capone (Alphonsus Gabriel Capone).

Al Capone nasceu em Nova York, no Broooklin, fez parte de uma gangue e enriqueceu com a exploração de prostituição, assaltos a bancos e principalmente com o contrabando de bebidas alcoólicas durante a Lei Seca, que vigorou nos Estados Unidos entre os anos de 1920 e 1930 (MIRANDA, 2009).

O contador de Capone sugeriu que fosse aberta uma grande rede de lavanderias em nome de seu cliente, para que pudesse dar aparência lícita às grandes somas que Al Capone acumulava com suas atividades criminosas. Desta forma o dinheiro sujo se misturaria com o capital ganho legalmente e entraria facilmente na economia do país (MIRANDA, 2009).

Apesar de todos os crimes cometidos por Al Capone, a polícia americana nunca conseguiu prendê-lo por nenhum deles, foi aí que o agente do governo americano Eddie O'Hare mostrou que Capone não pagava os impostos, por esse motivo, a Receita Federal dos Estados Unidos conseguiu uma pena de 11 anos a Alphonsus Gabriel Capone pela não declaração de impostos, tornando assim famoso o crime de lavagem de dinheiro (MIRANDA, 2009).

### 2.1.1 Lavagem de Dinheiro

A lavagem de dinheiro consiste em um grupo de operações financeiras que tem por objetivo misturar recursos provenientes de atos criminosos a economia de um país, essa prática acontece essencialmente em três fases.

A lavagem de dinheiro ou *money laundering* refere-se ao processo de conversão de recursos financeiros originários de uma atividade criminosa em fundos de origem aparentemente lícita. Assim, trata-se da aplicação dos lucros obtidos nas diversas modalidades do crime organizado em atividades legais e seu retorno ao financiamento de ações criminosas (FIECAFI, 2011, p. 68).

“A lavagem de dinheiro pode ser compreendida como um processo de legitimação de capital espúrio, realizado com o objetivo de torná-lo apto para uso, e que implica, normalmente, em perdas necessárias” (GTLD, 2013).

O crime de lavagem de dinheiro caracteriza-se por um conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação na economia de cada país, de modo transitório ou permanente, de recursos, bens e valores de origem ilícita e que se desenvolvem por meio de um processo dinâmico que envolve, teoricamente, três fases independentes que, com frequência, ocorrem simultaneamente (COAF, 2013).

Precisamos ter em mente que os responsáveis pela lavagem de dinheiro concentram a maior parte de seus esforços na busca e criação de justificativas, meios, coberturas ou disfarces para que não haja suspeitas de suas operações ou que não demonstrem nenhum tipo de anormalidade, afim de que não sejam detectadas, principalmente quando estiverem sujeitas aos pontos de exposição (FIECAFI, 2011).

De acordo com o Grupo de Trabalho em Lavagem de Dinheiro (GTLD), ao produzir lucros substanciais, os responsáveis pela atividade criminosa precisam encontrar uma forma de administrar esses valores sem que chame a atenção das autoridades, para isso é preciso disfarçar as fontes e o proprietário mudando as formas e movendo os fundos para um lugar onde não despertem tanta atenção.

Outra forma de burlar o sistema de rastreamento é dividir os depósitos em frações, ou seja, são depositadas pequenas quantias, geralmente abaixo de R\$10.000,00 (dez mil reais) em contas bancárias anônimas ou de laranjas, assim, não levantam suspeitas. FIECAFI (2011, p. 90) descreve essa como uma das principais formas para driblar a fiscalização.

Dividir um alto volume de recursos em pequenas partes, que não caracterizem operação de risco e, assim, que não sejam apresentadas aos órgãos fiscalizadores – no Brasil, há o limite de R\$10.000,00 e qualquer transação feita com uma quantia acima desse valor é informada ao Banco Central. Ainda, cada instituição financeira



tem o seu próprio controle e, justamente, nas operações menores que R\$10.000,00 feitas sistematicamente é onde pode se encontrar também o risco.

Geralmente a organização criminosa que pretende dar aparência lícita a seus ativos, constitui empresas de fachada que tenham grande circulação de dinheiro em espécie, desta forma torna-se mais fácil a incorporação dos bens na economia nacional.

“Esses disfarces do processo da lavagem de dinheiro podem ser feitos por instituições comerciais como restaurantes, casas noturnas, empresas de prestação de serviços, operações de *trading* internacional, empresa, centros *offshore*...” (FIPECAFI, 2011, p. 69).

Pode-se dizer que ao instituir uma empresa de fachada, a organização fará normalmente a arrecadação de impostos, tendo em conta que o principal objetivo não é o lucro, mas sim poder usufruir do dinheiro “sujo” sem levantar suspeitas de nenhuma autoridade e principalmente do fisco.

O GTLD (2013) define que: “Em geral, quem 'lava' dinheiro não visa, primordialmente, ao lucro. Quando realiza algum investimento, seu interesse é o de proteger os rendimentos da atividade criminosa e disfarçar sua origem ilícita.”

“A lavagem de dinheiro desempenha um importante papel exatamente nessa etapa do processo. Os ativos obtidos pelo agente criminoso em seu “empreendimento” só terão valor se forem reconhecidos e aceitos socialmente” (MENDINA, 2012, p. 15).

#### 2.1.1.1 Fases da Lavagem de Dinheiro

O processo de lavagem de capitais envolve geralmente três fases, distintas entre si, mas que podem ocorrer simultaneamente. São denominadas colocação, ocultação e integração.

Durante essas fases é possível que as autoridades consigam rastrear os envolvidos no esquema de lavagem como também a origem dos ativos, sendo assim, os criminosos buscam sempre aprimorar as técnicas de disfarce a fim de dificultar o rastreamento.

Segundo FIPECAFI (2011), nessas etapas os criminosos estão mais expostos ao combate das autoridades, correndo maior risco. Como a movimentação financeira ocorre nessas etapas, é nesse momento que as autoridades buscam combater a lavagem de dinheiro.

Colocação: nesta fase o objetivo principal é distanciar os ativos de sua verdadeira origem, geralmente feito através de depósitos bancários nacionais (abaixo de dez mil reais),

depósitos bancários internacionais (em países onde não haja fiscalização do sistema financeiro), compra de títulos, imóveis, entre outros (MENDINA, 2012).

Segundo FIPECAFI (2011, p. 68) a “colocação ou *placement* – é a etapa em que o dinheiro ingressa na economia.”

Não existe uma regra para a colocação, mas ela normalmente ocorre em termos internacionais, pois o processo é facilitado, contudo, geralmente, se dá por meio de depósitos, pela compra de instrumentos negociáveis, títulos, ações, ou seja, valores monetários ou bens que possam ser facilmente negociados (FIPECAFI, 2011).

Ocultação: é feita através de movimentações financeiras que pretendem dificultar o rastreamento. Essas movimentações financeiras podem inclusive estar atreladas a transações empresariais, disfarçando a origem criminosa dos recursos (MENDINA, 2012).

A “ocultação ou *layering* – também conhecido como difusão ou camuflagem. É a quebra da cadeia de evidências, retirando os rastros do dinheiro e dificultando assim o seu rastreamento” (FIPECAFI, 2011, p. 68).

Nesse momento o agente criminoso procura esconder as importâncias adquiridas com a atividade ilícita separando a figura do agente delituoso e o produto do delito antecedente, por exemplo, o traficante realizar aplicações financeiras do dinheiro obtido com tráfico de drogas (JAEGER, 2008).

Nessa fase acontecem diversas movimentações eletrônicas entre contas anônimas, especialmente entre países que tenham sigilo bancário, geralmente utilizando a figura de um doleiro que faz a conversão de moedas no Brasil sem autorização ou passando dos limites legais (FIPECAFI, 2011).

Integração: o dinheiro produto de crime precisa ser inserido novamente na economia do país, esse dinheiro pode inclusive ser utilizado para refinarçar as organizações criminosas. O processo de integração é feito de forma aparentemente lícita, como por exemplo o lucro de uma empresa de fachada (MENDINA, 2012).

Na fase de “integração ou *integration* – Etapa que consiste na volta do dinheiro com uma origem lícita” (FIPECAFI, 2011, p.68).

As organizações criminosas procuram sempre investir em empreendimentos que facilitem as suas atividades, com grande movimentação de recursos em espécie, inclusive montando diversas empresas que usam os serviços uma da outra (FIPECAFI, 2011).

É justamente nesta fase que ocorrem os maiores prejuízos na economia de um país, pois, com a aplicação dos ativos ilícitos no mercado econômico como se tivessem origem lícita pode-se gerar uma desestruturação do sistema, tendo em conta que para um criminoso que possui um grande capital fica muito mais fácil “perder” alguns milhões, por exemplo, ao realizar um investimento em uma revenda de carros do que o empresário que possui seu capital de giro certo e determinado para manter o seu negócio e que não pode cobrir grandes perdas (JAEGER, 2008).

## 2.2 COMBATE E PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO DE ACORDO COM A LEI Nº 12.683/12

Ao longo dos anos, o crime de lavagem de dinheiro tornou-se uma preocupação mundial, seguindo essa tendência, o Brasil passou a ser signatário da Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de Viena e em 03 de março de 1998 aprovou a Lei 9.613.

Em dezembro de 1988, foi realizada a chamada Convenção de Viena a qual tratou principalmente da adoção pelos países signatários de uma política efetiva contra o tráfico de drogas. O Brasil foi signatário de tal Convenção e ratificou os seus termos através do Decreto legislativo número 156 de 26 de junho de 1991 (JAEGER, 2008, p. 20).

A Lei 9.613/98, cria em seu artigo 14 o COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras:

Art. 14. É criado, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, com a finalidade de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas nesta Lei, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades (BRASIL, 2012).

A partir de 1999, o Brasil integra tanto o Grupo de Ação Financeira contra a lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI/FAFIT) quanto o Grupo de Egmont de Unidades de Inteligência Financeira, e a partir de 2000, o Brasil participa do GAFISUD – Grupo de Ação Financeira da América do Sul contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (COAF, 2013).

O GAFI é responsável pela publicação das quarenta recomendações que introduziram um novo enfoque à lavagem de dinheiro, tendo em vista que ampliou o conceito de lavagem, que até então era o constante na Convenção de Viena (JAEGER, 2008).

Todo esse esforço mundial para combater os crimes de lavagem de dinheiro, se mostra importantíssimo, pois com a globalização e uso irrestrito da internet, os criminosos encontram facilidades para movimentar os ativos oriundos de atividade ilícita, transformando-os em dinheiro aparentemente “limpo”, dificultando cada vez mais seu rastreamento por parte das autoridades.

“Com o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e com a globalização do mercado financeiro internacional, os criminosos movimentam amplas quantias de forma veloz e de distintos modos” (SILVA, 2013).

“A lavagem de dinheiro não é simplesmente um comércio, mas um mecanismo insubstituível para qualquer tipo de negócio ilícito. O dinheiro lavado é um espelho do submundo da economia global” (Naím *apud* Mendina, p. 131).

O mundo da lavagem de dinheiro é um ambiente eternamente mutável, em que os criminosos avançam rapidamente, acompanhando o tempo e a tecnologia. Para assegurar um combate adequado à lavagem de dinheiro, é preciso que se tenha materiais novos e atualizados por meio de canais e mecanismos mais eficientes (MEIRA, 2004).

Para possibilitar melhores formas de combate e prevenção ao crime de lavagem de dinheiro, foi sancionada a Lei 12.683 em 09 de julho de 2012 que alterou significativamente a Lei 9.613/98, principalmente ao revogar em seu artigo 1º todos os crimes antecedentes ao crime de lavagem de dinheiro, caracterizando-os apenas como infrações penais, assim o crime de lavagem de dinheiro é caracterizado como descrito abaixo:

“Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal” (BRASIL, 2012).

A Lei 12.683/12 estendeu o rol de pessoas obrigadas a proceder comunicação ao COAF sobre operações suspeitas, incluindo desta vez os profissionais da área contábil que prestem serviços de assessoria, consultoria, contabilidade, auditoria, aconselhamento ou assistência, de qualquer natureza (BRASIL, 2012).

A inclusão de novos profissionais no grupo de pessoas obrigadas a comunicar determinadas operações de seus clientes ao COAF, tem como propósito principal aumentar a fiscalização para que os envolvidos em esquemas criminosos não encontrem possibilidade de movimentar o dinheiro ilegal (BRASIL, 2012).

A identificação de clientes e manutenção de registros deverão ser feitas no site do COAF. Quanto as comunicações de operações financeiras suspeitas de fraude, deverão ser comunicadas ao COAF no prazo de 24 horas do recebimento da proposta ou realização do serviço. Nota-se ainda, que os contabilistas ou organizações contábeis deverão informar periodicamente o fato de não terem se deparado com situação que tenha indícios do crime de lavagem de dinheiro, ou seja, a obrigatoriedade se estende a todos os profissionais atuantes (BRASIL, 2012).

Ao contabilista que não agir de acordo com os procedimentos legais, caberá sanção, que varia entre advertência, multa e até perda do direito de exercer a profissão (BRASIL, 2012).

### **2.2.1 Resolução n° 1.445/13 do CFC**

Após a mudança na Lei de Lavagem de Dinheiro, só restou ao CFC a opção de regulamentar a forma como será feita a comunicação ao COAF. Esta regulamentação encontra-se na resolução do CFC de n. 1.445 de 26 de julho de 2013 e está em vigor desde 1° de janeiro de 2014.

A resolução dispõe quais as operações que tornam o profissional contábil obrigado às comunicações ao COAF, quais sejam: quando o cliente fizer operações de compra e venda de imóveis particulares, comerciais ou industriais; participação societária; gestão de fundos, valores mobiliário, entre outros ativos; criação, exploração ou gestão de sociedades de todas as naturezas; entre outras (CFC, 2013).

As implantações de política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro variam de acordo com o porte das pessoas jurídicas, que deverão ou não capacitar e treinar seus funcionários (CFC, 2013).

## **2.3 RESPONSABILIDADES DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE EM RELAÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO**

O profissional ou organização contábil deve sempre avaliar a existência de propostas ou operações suspeitas de seus clientes, dando maior ênfase a propostas incomuns ou que em suas características, por sua forma de realização, valores, finalidade, complexidade, ou por falta de fundamento econômico ou legal possam caracterizar fortes indícios do crime de lavagem de dinheiro ou com ele se relacionar (CFC, 2013).

Para que se inicie vínculo contratual de prestação de serviços e se faça as operações objetos da Resolução 1.445/13, os contabilistas deverão observar se as informações cadastrais do cliente estão atualizadas, quando houver dúvidas quanto a veracidade das informações contidas no cadastro dos clientes, os profissionais e organizações contábeis deverão adotar procedimentos de verificação (CFC, 2013).

“Os profissionais e Organizações Contábeis devem adotar medidas adequadas para compreenderem a composição acionária e a estrutura de controle dos clientes pessoas jurídicas, com o objetivo de identificar seu beneficiário final” (CFC, 2013).

Se não houver a possibilidade de identificar o beneficiário final das transações do cliente, os profissionais contábeis devem dispensar especial atenção à operação, avaliando a conveniência de realizá-la ou de estabelecer ou manter a relação de negócio (CFC, 2013).

Os itens necessários para o registro das operações são: a identificação dos clientes; descrição detalhada dos serviços prestados; valor da operação; data; forma de pagamento; entre outras (CFC, 2013).

São operações consideradas suspeitas e, portanto, passíveis de comunicação ao COAF: operações que pareçam não ser resultado do ramo de atuação do cliente; operações em que não sejam auferíveis a origem econômica ou legal; operação incompatível com o patrimônio e poder econômico financeiro do cliente; operação em que o beneficiário final não seja identificável; operação ou proposta envolvendo cliente domiciliado em países considerados pelo GAFI de alto risco ou deficiente de praticas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, de tributação favorecida ou regime fiscal privilegiado; operação ou proposta envolvendo pessoa jurídica cujos beneficiários finais são domiciliados em jurisdições consideradas pelo GAFI de alto risco ou deficientes de praticas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, de tributação favorecida ou regime fiscal privilegiado; clientes que insistam em não fornecer informações ou prestar informação falsa ou de difícil verificação; operações de difícil rastreamento dos recursos; operações maquiadas ou com indícios de superfaturamento ou subfaturamento; operações com contratos com cláusulas incompatíveis com as praticadas no mercado; decore incompatível com a capacidade financeira do cliente; qualquer tentativa de adulterar os controles e registros exigidos pela legislação vigente; qualquer outra operação que possa configurar sérios indícios de ocorrência dos crimes de lavagem de dinheiro (CFC, 2013).

Existem também situações que devem obrigatoriamente ser comunicadas ao COAF, sem que haja uma análise prévia. São elas: prestação de serviço contábil envolvendo recebimento igual ou superior a R\$ 30.000,00 em espécie, ou equivalente em outra moeda; prestação de serviço contábil envolvendo recebimento igual ou superior a R\$ 30.000,00 por meio de cheque ao portador, inclusive a compra ou venda de bens imóveis que integrem o ativo dos profissionais ou organizações contábeis, enquanto pessoas jurídicas; constituição de empresa ou aumento de capital social, integralizado em espécie, acima de R\$ 100.000,00; aquisição de ativos e pagamentos em espécie acima de R\$ 100.000,00 (CFC, 2013).

Quanto aos serviços de auditoria, as operações passíveis de informação são aquelas detectadas no curso normal de uma auditoria, levando em consideração a utilização de amostragem para as operações a serem testadas, tendo em conta que a determinação da extensão dos testes depende da avaliação dos riscos e do controle interno, assim como o valor da materialidade para a execução da auditoria (CFC, 2013).

Nos serviços de assessoria em que um profissional ou organização contábil for contratada por pessoa física ou jurídica para análise de riscos de outra empresa ou organização que não seja seu cliente, não será objeto de comunicação ao Coaf (CFC, 20013).

As comunicações deverão ser efetuadas no site do COAF no período de 24 horas a partir do momento em que o contabilista concluir que a operação ou proposta de operação seja suspeita, não sendo necessário dar ciência ao cliente da comunicação (CFC, 2013).

Mesmo a falta de operações ou propostas de operações suspeitas deve ser alvo de comunicação, sendo assim, o profissional ou organização contábil deverá fazê-la no site do COAF até o dia 31 de janeiro do ano seguinte (CFC, 2013).

Os cadastros e registros deverão ser mantidos em arquivos por, no mínimo, 5 (cinco) anos, contados da data de entrega do serviço contratado, pois assim poderão ser comprovadas as informações prestadas pelos profissionais no sítio eletrônico do COAF nos casos de necessidade (CFC, 2013).

## 2.4 CONFLITO: ÉTICA PROFISSIONAL X OBRIGATORIEDADES LEGAIS

Logo após a sanção da alteração da Lei de Lavagem de Dinheiro e posterior regulamentação através do CFC, os contabilistas se viram em uma situação delicada em relação aos clientes. Ao mesmo tempo em que devem cumprir a lei, precisam manter o sigilo das informações patrimoniais de seus clientes.

Para o SINDICONTA – RS<sup>4</sup> e o SESCON – RS<sup>5</sup> o contabilista não pode ter status de fiscal, pois essa visão pode dar lugar ao profissional que atua como orientador e conselheiro de seus clientes. “Não queremos ficar, sob a ótica do cliente, como um ente policialesco. A suspeita gera um desconforto nessa relação”, diz Jaime Gründler Sobrinho, presidente do Sescon-RS. “O grau de responsabilidade e envolvimento do contador perante a prática de lavagem de dinheiro por parte de seus clientes é uma das questões de maior polêmica em relação à lei” (SHIMIDT, 2013).

Nesse sentido, o Sescon - RS (2013), argumenta junto ao pedido de revisão da lei de lavagem de dinheiro que “o contador é um mediador da relação empresa-fisco e possui qualificação para tal. Dar a ele poder de polícia, exigindo que fiscalize seus clientes, é algo que vai de encontro a sua natureza.” Ainda de acordo com o sindicato gaúcho em sua nota de repúdio ao formato da lei de lavagem de dinheiro, diz que ela atinge de modo negativo a reputação do profissional contábil e de toda a categoria quando afirma que na falta de mecanismos para detectar esses comportamentos, os setores agora obrigados a delatar não apenas irão colocar em risco a sua reputação, mas também tornam vulnerável o ambiente de negócios e a comunidade em que atuam.

De acordo com Canário (2012), alguns profissionais chegam a contestar a constitucionalidade da lei, como é o caso dos profissionais liberais, que afirmam que obrigá-los a informar seus rendimentos a órgãos estatais de controle financeiro afronta o princípio constitucional da razoabilidade, por este motivo a Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (CNPL) ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4841) no final de agosto de 2012, junto ao STF.

Ainda segundo Canário (2012), a CNPL argumenta que a nova redação vai contra os princípios éticos das profissões liberais já que os profissionais liberais oferecem a seus clientes a garantia de que seus contatos são confidenciais, inclusive para órgãos de controle do Estado.

Para Spinelli<sup>6</sup>, o contador, assim como as organizações contábeis, não são investigadores ou denunciadores das operações realizadas por seus clientes. O seu papel é somente o de informar possíveis operações ilícitas ao órgão. É preciso lembrar que o sigilo, o zelo, a diligência e a honestidade em relação ao exercício da atividade lícita são amparados

---

<sup>4</sup> Sindicato de Contadores do Rio Grande do Sul.

<sup>5</sup> Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis do Rio Grande do Sul.

<sup>6</sup> vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do Conselho Federal de Contabilidade



pelo Código de Ética do contador, e não nos casos ilícitos, como, por exemplo, na lavagem de dinheiro. Assim, o profissional está cumprindo o seu dever ao comunicar um ato indevido, do qual tenha participado ou tenha conhecimento (PIMENTEL, 2013).

Alguns contadores admitem que a obrigatoriedade legal veio para proteger o profissional que age de acordo com a lei, amparando-o em situações que possam envolver seu cliente em praticas fraudulentas, para Shimidt (2013) “a partir do momento em que o profissional de contabilidade comunica a suspeita, que pode ou não resultar na deflagração de um caso de lavagem de dinheiro, ele se exime de responsabilizações quanto ao crime.”

Cabe salientar que o responsável pelo ganho do dinheiro em operações ilegais e as pessoas envolvidas em todo o processo de lavagem também serão alvo de investigação, e sendo comprovada sua participação de forma conivente, serão punidos de acordo com a lei.

De acordo com FIPECAFI (2011) as pessoas envolvidas no crime são “...qualquer um que receba, adquira, troque, negocie, dê ou receba em garantia, guarde, tenha em depósito, movimente ou transfira esses ativos.”

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia adotada na presente pesquisa é de abordagem qualitativa-descritiva. Para a obtenção dos dados secundários adotou-se a pesquisa bibliográfica, utilizando livros, artigos científicos e entrevistas encontradas na internet; e, os dados primários foram obtidos por meio de pesquisa de campo orientada por um questionário que foi aplicado aos profissionais de contabilidade de Espigão do Oeste/RO.

Na pesquisa descritiva buscou descrever a origem da expressão lavagem de dinheiro, as características do crime e a relação das obrigações do profissional contábil previstas em lei, descrevendo os principais artigos da lei 12.683/12 e da resolução 1.445/13.

No município de Espigão do Oeste há 10 (dez) profissionais de contabilidade e a pesquisa foi realizada com 08 (oito) profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia, pela disponibilidade. Os outros 02 (dois) profissionais não tiveram interesse em responder aos quesitos da entrevista.

A pesquisa junto aos profissionais de contabilidade se deu no período de maio e junho de 2014 e buscou responder aos seguintes elementos: conhecer o perfil dos entrevistados; identificar a percepção dos entrevistados quanto aos conhecimentos da lei; COAF; existência

e relevância dos crimes da região estudada (sob a percepção de cada profissional); ações preventivas e corretivas em relação a lavagem de dinheiro; conhecimento das penalidades; posicionamento e relação cliente – contador a partir da lei de lavagem.

A análise se dos dados se deu entre os meses de junho e julho de 2014 e proporcionou identificar a falta de engajamento entre os profissionais da região estudada com a legislação vigente, mostrou como é confundido o crime de lavagem de dinheiro com a sonegação fiscal, o que os torna suscetíveis a possíveis penalidades decorrentes da lei.

O artigo apresentado não divulgou o nome dos profissionais entrevistados, bem como o nome do escritório de contabilidade a que eles podem estar vinculados. Não apresenta dados de clientes e buscou solucionar o problema apresentado sem que os envolvidos fossem expostos a qualquer tipo de julgamento particular.

### **3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

Para a realização do estudo foram confeccionados e distribuídos um total de 10 (dez) questionários entre os profissionais em contabilidade do município de Espigão do Oeste –RO, do total de profissionais entrevistados, 80% aceitaram contribuir com a pesquisa, ou seja, 08 entrevistados formam os 100%.

Foi possível notar que na maioria dos casos, os contadores não se sentiram a vontade no momento da entrevista, pelo fato de não conhecerem o assunto nem ao menos de forma superficial, sendo que vários profissionais chegaram a comentar que nem sabem ao certo como se caracteriza o crime de lavagem de dinheiro, que apenas o conhecem de nome através da mídia.

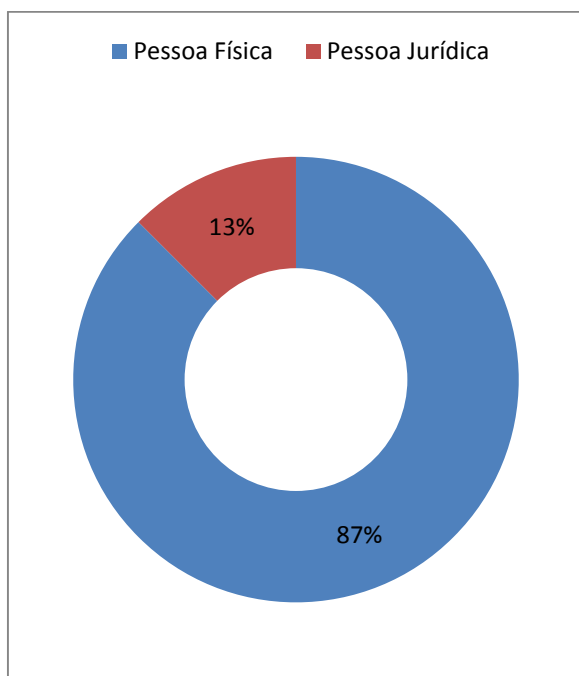
#### **3.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS**

Dentre os profissionais de contabilidade entrevistados, destaca-se que 06 (seis) desses são proprietários de escritório de contabilidade e 02 (dois) trabalham como funcionários de algum escritório contábil e/ou prestando serviços contábeis de forma esporádica. Apesar de contarem com seu próprio escritório em apenas 01 (um) caso o profissional constituiu empresa, enquanto que os demais se valiam das prerrogativas de profissionais liberais.

O fato de que a maioria dos entrevistados trabalham na forma de pessoa física, imediatamente faz com que tenham a ideia de que não estão sujeitos às comunicações previstas na lei de lavagem e na resolução do CFC.

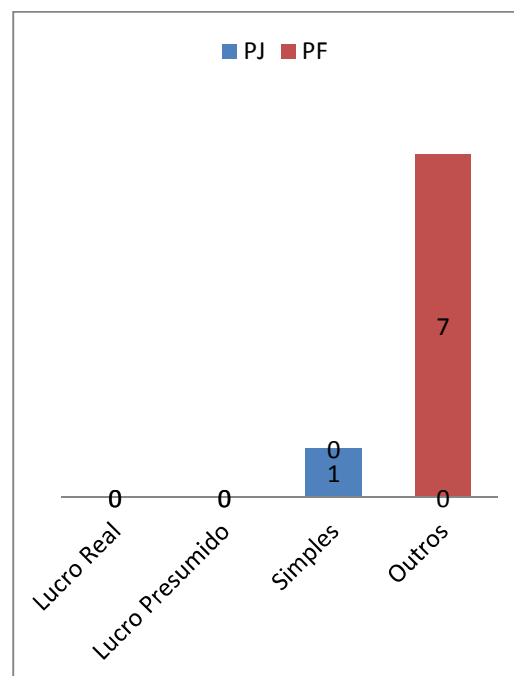
Quanto a qualificação dos profissionais de contabilidade, a figura 1, demonstra a proporção entre os que trabalham em forma de pessoa física e os que trabalham em forma de pessoa jurídica. Já a figura 2, destaca o tipo de tributação em que se enquadram os escritórios de contabilidade do município de Espigão do Oeste.

**Figura 1: Quantitativo de profissionais de contabilidade no município de Espigão do Oeste que trabalham na forma de Pessoa Física e Pessoa Jurídica.**



Fonte: Dados da Pesquisa.

**Figura 2: Forma de tributação ao qual estão vinculados os contabilistas de espigão do Oeste.**



Fonte: Dados da Pesquisa.

Entre os entrevistados 87,5% trabalham na forma de pessoa física e 12,5% como pessoa jurídica, um total de 07 (sete) entrevistados utiliza outro tipo de tributação, o que vale tanto para os proprietários de escritório, quanto com os profissionais que atuam como funcionários e/ou prestando serviços eventualmente, apenas 01 (um) escritório tributa pelo SIMPLES.

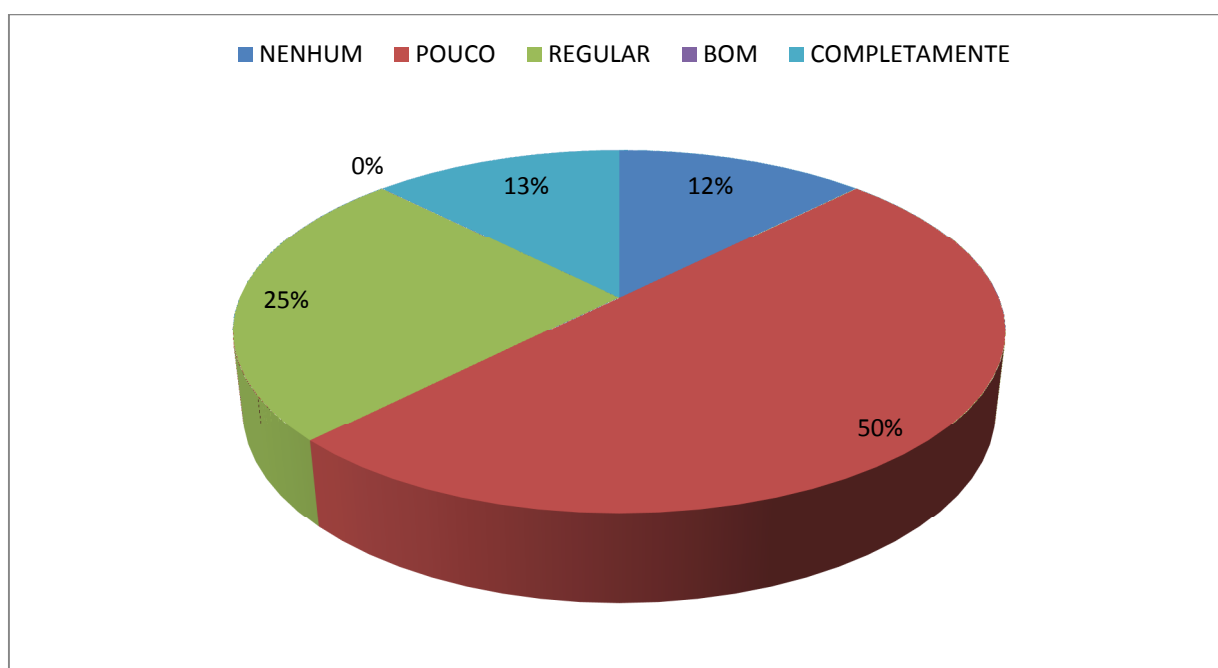
Dos que afirmaram ser donos de escritório, 33,3% declararam que o número de funcionários é de até 02, até 04 em 50% dos casos e mais de 04 em 16,67%. Enquanto que os profissionais que prestam serviços eventualmente declararam não contar com nenhum funcionário.

### 3.1.1 Percepção dos entrevistados quanto aos conhecimentos da lei nº 12.683/12

A pesquisa buscou abordar os conhecimentos dos contadores acerca da lei nº 12.683/12 de lavagem de dinheiro e da resolução 1.445/13 do CFC, a fim de entender se aqueles profissionais estavam ou não conscientes de suas novas obrigações legais e até mesmo se seriam capazes de identificar algum ato suspeito ou com indícios do crime.

A figura 3 especifica em 05 (cinco) níveis o grau de conhecimento dos profissionais de contabilidade de Espigão do Oeste em relação à lei de lavagem de dinheiro e a resolução do CFC.

**Figura 3 – Grau de conhecimento dos contabilistas da cidade de Espigão do Oeste/RO acerca da lei de lavagem de dinheiro e resolução do CFC.**



Fonte: Dados da Pesquisa.

Quanto aos conhecimentos acerca da lei nº 12.683/12, bem como da resolução nº 1.445/13 12,5% dos profissionais disseram não ter nenhum conhecimento, alegando falta de tempo hábil para acompanhar todas as resoluções do CFC, 50% disseram ter pouco conhecimento, tendo em conta que o assunto não despertou interesse, 25% disseram ter conhecimento regular, pois já tomaram ciência da resolução, mas não verificaram a aplicação prática da mesma e apenas 12,5% dos entrevistados disse ter completo conhecimento sobre a nova legislação.

Ainda nesse sentido, 50% dos profissionais responderam que seus funcionários não tem nenhum domínio sobre o tema, 33,33% disseram que conhecem pouco, não tendo

inclusive especificado a razão da falta de conhecimento e 16,67% afirmam que os funcionários tem um bom conhecimento acerca da lei de lavagem.

### **3.1.2 Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF**

Quando o tema abordado na entrevista foi o COAF, pode-se notar que 87,5% dos entrevistados não sabiam do que se tratava essa sigla, nesse momento foi necessário esclarecer que o COAF é um órgão fiscalizador, vinculado ao Ministério da Fazenda, que já existe há 16 (dezesesseis) anos para fiscalizar e identificar operações suspeitas de lavagem de dinheiro. Esse fato já demonstrou que esses profissionais não tinham se inteirado completamente do teor da lei.

Sobre o cadastramento do profissional contábil junto ao site do COAF, foi possível verificar o grau de conhecimento de uma das obrigаторiedades da lei de lavagem de dinheiro que prevê que o contabilista deve proceder o cadastramento, dele e de seus clientes, pois mesmo com a negativa de situações previstas na lei, ele está obrigado a declarar a não ocorrência de fatos até o dia 31 de janeiro do ano seguinte.

Nota-se, portanto, o desconhecimento por parte dos contadores, tendo em conta que 100% deles afirmaram não ter feito o cadastramento no site do COAF, sendo que não o fizeram alegando não saber da obrigatoriedade, ou por pensar que a lei somente se aplica aos contabilistas que não selecionam corretamente seus clientes ou aos que recebem propostas de sonegação de impostos, colocando como resposta para a questão a seguinte frase: “Não. Porque faço seleção de quem ou a quem vou prestar assessoria contábil.”

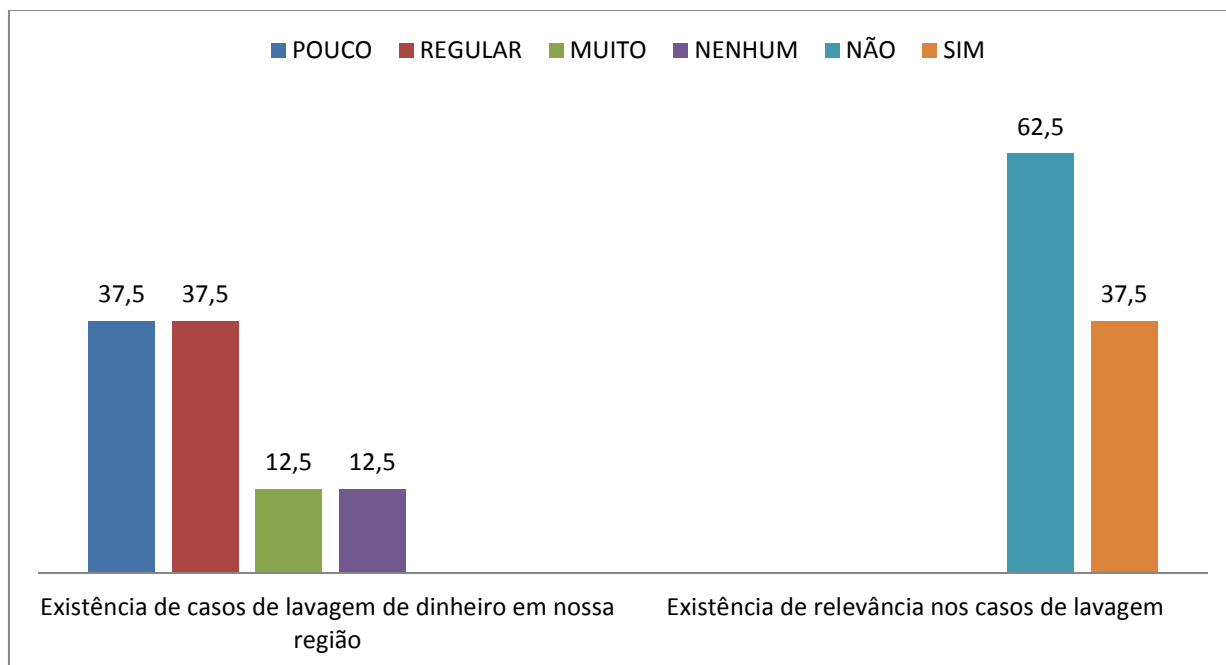
### **3.1.3 Lavagem de dinheiro: existência e relevância dos crimes na região estudada**

Pode-se perceber que os profissionais de contabilidade ficaram bastante incomodados com essa pergunta, nenhum deles queria falar sobre esses assuntos, pois ficaram receosos de ver algum comentário sobre essa questão vinculada a seus escritórios. Por isso, foram novamente cientificados de que não haveria divulgação de dados dos escritórios, bem como dos clientes nesta pesquisa.

Ainda assim, não foi possível perceber com clareza o posicionamento deles em relação ao quantitativo de casos, tendo apenas ficado claro que eles possuem uma visão equivocada do prejuízo real que a lavagem de dinheiro pode causar em qualquer cidade, estado ou país, independente de sua proporção geográfica.

A figura 4, mostra como os entrevistados se comportam quanto aos questionamentos acerca da relevância e proporção dos crimes de lavagem de dinheiro na região.

**Figura 4 – Percepção dos contabilistas da cidade de Espigão do Oeste em relação ao quantitativo de casos de lavagem de dinheiro na região e seu grau de relevância.**



Fonte: Dados da Pesquisa

No momento em que foram questionados sobre a existência de crimes relacionados a lavagem de dinheiro, 03 (três) entrevistados disseram que ocorrem poucos casos de lavagem de dinheiro na região, 03 (três) acham que são em nível regular e apenas 01 (um) acha que existem muitos casos, frise-se que para 01 (um) profissional, não existem casos de lavagem na região. Ainda nesse sentido, 62,5% acham que esses casos nem ao menos são relevantes. Uma das respostas que mais chamou a atenção foi que os casos de lavagem não são relevantes “porque em todos os lugares isso acontece e a cidade é muito pequena para que o que acontece aqui ser relevante.”

### 3.1.4 Ações preventivas e corretivas em relação à lavagem de dinheiro

Acerca da implantação de uma política de prevenção à prática de lavagem de dinheiro 50% responderam que não irão implantar por que não acham necessário e 50% disseram que irão implantar a política, sendo de forma a adotar “aplicação prática da resolução 1.445/13”, “comunicar aos clientes a existência de fiscalização”, ou afirmando que “já adotamos a prática de compatibilidade do enriquecimento da PF com os ganhos auferidos com a PJ, e seu padrão de vida.”

Entre as práticas preventivas para a lavagem de dinheiro esta a obrigatoriedade de guardar os documentos pertinentes aos clientes por um prazo de 05 (cinco) anos após o termino do contrato de prestação de serviço. Essa obrigatoriedade serve para respaldar o contabilista em casos de deflagração de casos de lavagem que possam acometer o ex cliente. Dentre os entrevistados, 50% responderam que guardam a documentação dos clientes por 5 anos, 25% disseram guardar os documentos até o final do contrato de prestação de serviços, 12,5% por 1 ano e 12,5% por 10 anos.

Ainda sobre as ações de prevenção, esta a opção de dar ou não ciência aos clientes de que suas operações poderão ser alvo de comunicação ao COAF. A figura 5 mostra a porcentagem de profissionais que deram ciência a seus clientes em relação aos que não deram ciência

**Figura 5: Profissionais que deram ciência aos clientes de que suas operações podem vir a ser alvo de comunicação junto ao COAF.**



Fonte: Dados da Pesquisa.

Nesse sentido, 50% afirmam que seus clientes estão cientes de que suas operações podem ser alvo de comunicação e 50% não deram ciência aos clientes. Dar ciência ao cliente de que suas operações podem vir a ser alvo de comunicação pode ser vista como uma atitude correta e de transparência com o cliente, que sabe que o contabilista está cumprindo com suas atribuições legais, mas pode também, causar grande desconforto nas relações de trabalho, tendo em vista que o cliente pode se sentir desconfiado em relação ao sigilo do profissional.

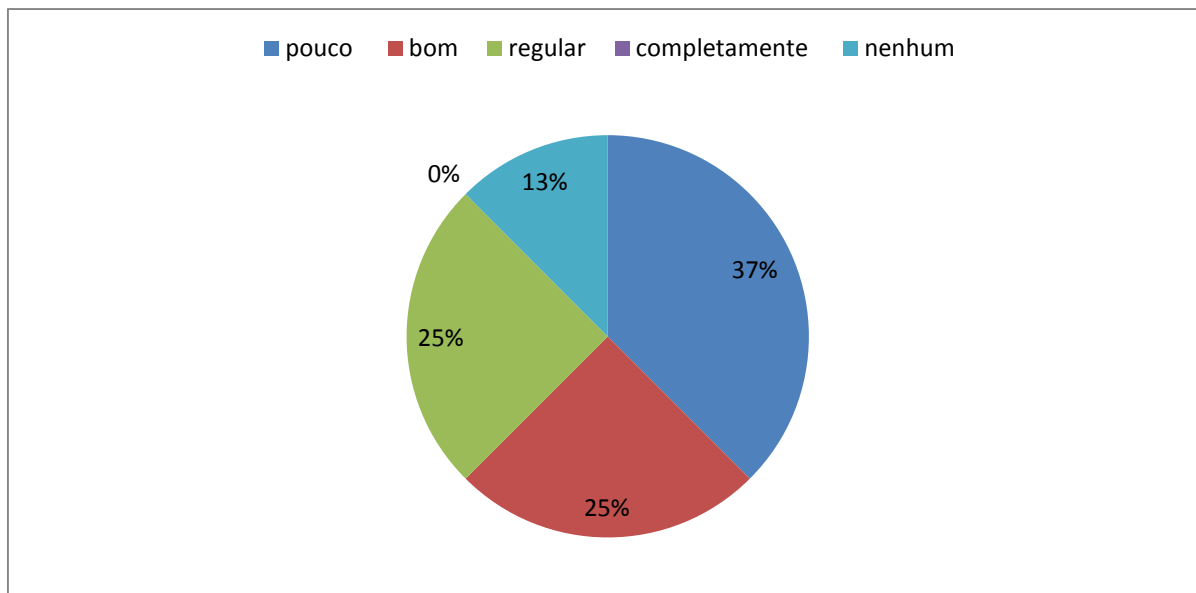
Para 100% dos profissionais, o CRC- RO não está oferecendo capacitação adequada em relação aos modos de fazer as comunicações ao COAF. Deve-se considerar que 100% dos entrevistados não participaram de qualquer palestra ministrada pelo órgão fiscalizador da classe. É importante ressaltar que aconteceram no mês de fevereiro de 2014, 07 (sete) palestras pelo interior do estado, onde o palestrante Ronaldo Marcelo Hella, representante do CFC que fez parte da comissão responsável pela regulamentação da resolução 1.445/13 esteve presente falando sobre a nova obrigatoriedade e os procedimentos a serem adotados pelos profissionais.

Dessa forma é possível perceber a importância da participação dos profissionais em palestras explicativas, assim como, o contato do responsável pelo CRC – RO do município junto aos contabilistas para esclarecer dúvidas e alertá-los sobre as consequências da não observância da lei.

### 3.1.5 Quanto ao conhecimento das penalidades

Através das entrevistas realizadas foi possível perceber que os profissionais apenas sabem superficialmente o que o código de processo civil prevê, não se atentando à nova realidade vivenciada por eles. Isso pode ser percebido ao analisar a figura 6.

**Figura 6: Grau de conhecimento dos profissionais de contabilidade acerca das penalidades legais.**



Fonte: Dados da Pesquisa.

Quanto as penalidades decorrentes da falta do cumprimento da lei, 12,5% não tem nenhum conhecimento, 37,5% afirmam ter pouco conhecimento, 25% tem conhecimento regular e 25% dizem ter bom conhecimento. Frisa-se que os contabilistas que afirmaram ter



bom conhecimento das penas previstas aos profissionais que não cumprirem a legislação, responderam que as penalidades impostas seriam de prisão em caso de envolvimento com qualquer tipo de fraude.

Os profissionais de contabilidade da região ainda não se deram conta da responsabilidade que tem em suas mãos no que diz respeito ao combate e prevenção de crimes financeiros. Deixando-se levar pelos empresários e administradores que não aceitam que o contador tenha conhecimento do cenário real da empresa a qual presta serviços.

### **3.1.6 Posicionamento e relação cliente – contador a partir da lei de lavagem**

Ao final da entrevista, buscava-se saber o posicionamento dos contadores em relação a nova obrigatoriedade legal, bem como investigar se eles se sentiriam prejudicados na relação com os clientes.

Quando indagados quanto ao quesito de a legislação ferir o código de ética profissional, 50% responderam que sim, pois entendem que não devem dar informações acerca do patrimônio e transações financeiras de seus clientes a não ser em virtude de pedido judicial, ou seja, que seu cliente esteja sendo investigado pela justiça por alguma denúncia que não parta do contador.

Já em relação ao prejuízo da relação cliente – contador que a nova lei pode causar, 62,5% disseram que temem que as relações sejam prejudicadas e 37,5% acham que não haverá prejuízo, tendo em conta que escolhem os clientes com quem irão trabalhar e que os próprios clientes também não se sentem inseguros quanto a essas ações.

No momento da entrevista, a maioria dos contadores fizeram queixas acerca da dificuldade de se trabalhar em uma cidade do interior como é o caso do município de Espigão do Oeste, alegando que se o profissional se envolver demais com a empresa, buscando saber a origem das notas e documentos apresentados pelo administrador, ele provavelmente perderá o cliente para um colega que faça as demonstrações sem questionar a procedência dos documentos. Afirmando que existe uma grande dificuldade por parte dos empresários em visualizar o contador como um parceiro, na maioria das vezes eles são vistos como um gasto obrigatório, que serve apenas pra assinar as demonstrações contábeis.

## **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No estudo, verificou-se que a maior parte dos profissionais de contabilidade trabalha na forma de pessoa física e apenas uma pequena parcela constitui pessoa jurídica, os escritórios não contam com grande quantidade de funcionários e tributam em sua maioria de outra forma que não seja através do lucro.

Quando se trata de alguma norma que as pessoas interessadas não tenham conhecimento razoável fica difícil fazer a abordagem, pois o fato de serem leigos no assunto causa uma repulsa imediata a qualquer tipo de questionamento. Isso foi presenciado no momento da aplicação dos questionários, quando os contadores eram informados sobre o tema da pesquisa e citava-se o nome do COAF eles logo diziam que não tinham tempo para responder aos questionários naquele momento e pediam para que o questionário fosse deixado ali por cerca de 05 (cinco) dias, que então, no momento em que tivessem uma folga, ou talvez no final de semana iriam respondê-lo. Muitos deles, limitaram-se a responder apenas sim ou não para a maioria dos quesitos e outros somente se alongaram nas respostas em um tipo de conversa amena na qual não se sentiram pressionados.

Existe uma grande lacuna entre o que determina a lei de lavagem e o que os contadores da região de Espigão do Oeste conhecem sobre o crime propriamente dito. Nota-se que os profissionais daquela cidade não estão preparados para lidar com as situações expressas em lei, assim, poderão sofrer as penalidades previstas sem que ao menos tenham consciência de suas novas obrigações. Por se tratar de uma cidade do interior e de um estado que não é muito comentado como grande exportador/importador de armas ou drogas, os profissionais pensam que estão livres de qualquer normativo que obrigue a classe a informar operações que a seu ver não causarão prejuízos à sociedade. Além de que, para a maioria dos contadores, o fato de não constituírem empresa os isenta de qualquer obrigação legal relacionada a crimes financeiros.

Quanto ao objetivo geral, buscou-se realizar uma análise e percepção dos profissionais contábeis em relação aos desafios da lavagem de dinheiro na profissão contábil, é importante ressaltar que na maioria dos casos os contadores nem ao menos se preocupam em saber como se caracteriza o crime, talvez pela falta de informação adequada, eles associem os crimes de lavagem exclusivamente com a sonegação de impostos.

O estudo mostra a necessidade de conscientizar os contabilistas sobre os procedimentos a serem adotados por consequência da nova legislação, pois está claro que os profissionais do município de Espigão do Oeste não estão cientes das operações que são alvo de comunicação, considerando que a resolução nº 1.445/13, determina que não estão sujeitas

a comunicação apenas as operações suspeitas, mas também certas operações com valores especificados em lei, feitas através de cheque ao portador ou em dinheiro vivo.

O grande desafio entre o exercício da profissão contábil e a nova lei do COAF é mudar o pensamento da maioria dos contadores de que as comunicações exigidas por lei irão necessariamente fazer com que seus clientes sejam investigados e incriminados, e que o único suspeito de deixar vazar essas informações será ele (contador) e que deste modo os clientes serão pegos na malha fina da receita federal.

## REFERÊNCIAS

CANÁRIO, Pedro. **Lei da Lavagem Não Pode Atingir Profissionais Liberais**. São Paulo, 28 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-set-28/adi-exclusao-profissionais-liberais-lei-lavagem>>. Acesso em: 10 fev. 2014

BRASIL. Lei 12.683 de 09 de julho de 2012. Altera a Lei 9.613 de 03 de março de 1998, que Dispõe sobre a Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e o Crime Organizado. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12683.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12683.htm)>, Acesso em 12 nov. 2013

CFC. Resolução nº 1.445 de 26 de julho de 2013. Dispõe sobre os Procedimentos a serem Adotados por Profissionais ou Organizações Contábeis para a Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e o Crime Organizado. Disponível em: <<http://www.portalcfc.org.br>>. Acesso em 05 nov. 2013

COAF, disponível em <<http://www.coaf.fazenda.gov.br/>>. Acesso em 11 dez. 2013

FIPECAFI. **Combate e Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro**. Disponível em: <

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GTLD, Grupo de Trabalho em Lavagem de Dinheiro. Disponível em: <<http://gtld.pgr.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 09 dez. 2013

- JAEGGER, Giulia. **O Crime de Lavagem de Dinheiro e os seus Reflexos na Ordem Econômica Social**. Programa de Mestrado em Direito da Universidade Luterana do Brasil. Canoas, 2008. Disponível em:  
<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp076164.pdf>>. Acesso em 27 nov. 2013.
- MEIRA, Fernanda. **O Combate à Lavagem de Dinheiro**. Brasília, 2004. Disponível em: <  
<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/624/804>>. Acesso em: 12 nov. 2013.
- MENDINA, Silnei Dario Silveira Netto. **Repressão à Lavagem de Dinheiro com Utilização da Investigação Contábil**. Brasília, 2012. Disponível em <  
<http://periodicos.dpf.gov.br/index.php/CadANP/article/view/22/35>>. Acesso em 05 dez. 2013
- MIRANDA, Levi Inimá de. **Perito Conta Como Surgiu o Termo Lavagem de Dinheiro**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em  
<<http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/posts/2009/02/10/perito-counta-como-surgiu-termo-lavagem-de-dinheiro-160200.asp>> Acesso em 27 de nov. 2013
- MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília: UCB, 2003. Disponível em:  
<[http://ftp.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/1370886616.pdf](http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/1370886616.pdf)> ,Acesso em 30 jan. 2014
- SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de Técnicas de Pesquisa Científica**. 5 Edição. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.
- SESCON – RS. **Sescon –RS Envia Documento Pedindo a Revisão da Lei de Lavagem de Dinheiro**. Disponível em: <<http://www.sescon-rs.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2014.
- SESCON – RS. **Sescon –RS Repudia Formato da Lei de Lavagem de Dinheiro**. Disponível em: <<http://www.sescon-rs.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2014.
- SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Renan Rodrigues da. **O Processo da Lavagem de Dinheiro em Estruturas Organizacionais**. Disponível em: < <http://www.ibgen.com.br/novo/mundodagestao/ed02/pb-renan.pdf>>. Acesso em 27 nov. 2013

SCHIMIDT, Marina. **Lei da Lavagem de Dinheiro Acirra Debate Sobre Papel do Contador**. Porto Alegre, 06 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=139112>>. Acesso em 12 nov. 2013

PIMENTEL, Sílvia. **Contadores na Trincheira Contra a Lavagem de Dinheiro**. São Paulo, 13 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.dcomercio.com.br/index-php/economia/sub-menu-empresas/116597-contadores-na-trincheira-contra-a-lavagem-de-dinheiro>>. Acesso em: 10 fev. 2014

## **APÊNDICE**

**ENTREVISTA SOBRE A LEI N° 12.683/12 E RESOLUÇÃO N° 1.445/13**

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS NA  
PREVENÇÃO E COMBATE ÀS PRÁTICAS DO CRIME DE LAVAGEM DE  
DINHEIRO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO D'OESTE/RO.**

**1) Você trabalha na forma de pessoa jurídica?**

1.( ) SIM

2.( ) NÃO

**2) Quantos funcionários a empresa possui?**

1.( ) 0

2.( ) ATÉ 02

3.( ) ATÉ 04

4.( ) MAIS DE 04

**3) Qual o tipo de tributação do escritório?**

1.( ) LUCRO REAL

2.( ) LUCRO PRESUMIDO

3.( ) SIMPLES

4.( ) OUTRO

**4) Qual o seu grau de conhecimento sobre a Lei de Lavagem de Dinheiro e a Resolução 1.445/13, para que possa proceder corretamente as comunicações ao COAF? Por que?**

1.( ) NENHUM

2.( ) POUCO

3.( ) REGULAR

4.( ) BOM

5.( ) COMPLETAMENTE

**5) Qual o grau de conhecimento de seus funcionários acerca da nova legislação? Por que?**

1.( ) NENHUM

2.( ) POUCO

3.( ) REGULAR

4.( ) BOM

5.( ) COMPLETAMENTE

**6) Você já fez o seu cadastro no COAF?**

1.( ) SIM

2.( ) NÃO. Por que?

**7) Você acha que existem casos de lavagem de dinheiro em nossa região?**

1.( ) NENHUM

2.( ) POUCO

3.( ) REGULAR

4.( ) MUITO

5.( ) EXAGERADAMENTE

**8) Você acha que esses casos são relevantes? Por que?**

1.( ) SIM

2.( ) NÃO

**9) Seus clientes estão conscientes de que as operações feitas por eles está sujeita a comunicação? Por que?**

1.( ) SIM

2.( ) NÃO

**10) Você acha que o CRC/ RO está oferecendo capacitação para os profissionais em relação ao modo de fazer as comunicações? Por que?**

1.( ) SIM

2.( ) NÃO

**11) Você vai implantar uma política de prevenção à lavagem de dinheiro? Por que?**

1.( ) SIM. Que tipo de ação?

2.( ) NÃO. Por que?



**12) Você conhece as penalidades decorrentes da falta do cumprimento da lei?**

- 1.( ☐ ) NENHUM
- 2.( ☐ ) POUCO
- 3.( ☐ ) REGULAR
- 4.( ☐ ) BOM
- 5.( ☐ ) COMPLETAMENTE

**13) Você participou de alguma palestra do CRC sobre a resolução 1.445/13?**

- 1.( ☐ ) SIM. Qual?
- 2.( ☐ ) NÃO. Por que?

**14) Por quanto tempo você mantém os documentos dos clientes mantidos em arquivos?**

- 1.( ☐ ) Até o final do contrato de prestação de serviço
- 2.( ☐ ) 1 ano
- 3.( ☐ ) 5 anos
- 4.( ☐ ) 10 anos

**15) Você acha que a nova legislação fere o código de ética da profissão? Por que?**

- 1.( ☐ ) SIM
- 2.( ☐ ) NÃO

**16) Você teme que essa obrigatoriedade possa prejudicar a relação com os clientes? Por que?**

- 1.( ☐ ) SIM
- 2.( ☐ ) NÃO